

As quarenta horas de Angicos*

*José Willington Germano***

Angicos tornou-se uma palavra emblemática para todos aqueles que se interessam pela educação popular. A cidadezinha localizada no sertão do Rio Grande do Norte foi o palco em que, pela primeira vez, Paulo Freire, em princípios de 1963, pôs em prática o seu famoso método de alfabetização de adultos. Dessa maneira, o trabalho, que até então era desenvolvido de forma incipiente no Recife, ganhou grande visibilidade em níveis nacional e internacional.

Em dezembro de 1962, um grupo de estudantes, em sua maioria universitários, realizou o levantamento do universo vocabular da população de Angicos preparando o terreno para a experiência que viria a seguir. Nos primeiros meses de 1963, esses estudantes, “católicos radicais”, criaram vários Círculos de Cultura e, sob o patrocínio do Governo do Rio Grande do Norte e da “Aliança para o Progresso” (programa de origem norte-americana), tornaram possível o emprego do referido método.

Fazer com que os participantes aprendessem a ler e a escrever e, ainda por cima, viessem a se politizar em 40 horas constituíam os objetivos fundamentais da experiência. Isso despertou enorme curiosidade, motivo pelo qual o trabalho de Freire e dos estudantes do Rio Grande do Norte correu o mundo. Em Angicos estiveram presentes observadores, especialistas em educação e jornalistas não somente dos principais meios de comunicação do Brasil, como do exterior. Para lá se deslocaram, por exemplo, representantes do *New York Times*, do *Time Magazine*, do *Herald Tribune*, do *Sunday Times*, do *United* e da *Associated Press*, do

* Resenha do livro de Lyra, Carlos. *As quarenta horas de Angicos: Uma experiência pioneira de educação*. São Paulo, Cortez, 1996, 196 p.

** Professor do Departamento de Ciências Sociais – UFRN.

Le Monde. Finalmente, o próprio presidente João Goulart, junto com Aluizio Alves, governador do Rio Grande do Norte, compareceu ao encerramento das atividades dos Círculos de Cultura, na distante data de 2 de abril de 1963.

Muito embora o período imediatamente anterior ao golpe de 1964 tenha sido muito rico em movimentos, campanhas e programas de educação e cultura popular, a exemplo do Centro Popular de Cultura da UNE e de diversas outras iniciativas que proliferaram, notadamente, no Nordeste do Brasil, a verdade é que coube a Paulo Freire o destaque principal e que ganharia fama nos mais diferentes quadrantes do mundo.

O país vivia, então, um clima de muitas mobilizações em favor das chamadas reformas de base. O campo nordestino fervilhava com as Ligas Camponesas e com os Sindicatos Rurais que lutavam pela reforma agrária. Partidos reformistas conseguiram ampliar os seus espaços no parlamento, e políticos identificados de esquerda conseguiram ser eleitos para altos cargos executivos (governador, prefeito) em diversos estados e cidades importantes do país. De igual modo, a Igreja passou a se envolver mais com as questões sociais, e, no horizonte das relações internacionais, preponderavam a “guerra fria”, a revolução socialista de Cuba e assim por diante.

Nesse contexto, a educação passou a ser alvo de grande interesse por parte dos setores reformistas, com uma particularidade: uma acentuada ênfase na dimensão política da educação. Assim, o que estava em jogo, para além da alfabetização de milhões de adultos, adolescentes e crianças, dizia respeito à necessidade de politizar e conscientizar o povo para que ele pudesse participar efetivamente da vida do país e influenciar decisivamente na transformação da sociedade brasileira. Enfim, numa linguagem muito discutida atualmente, o que estava colocado como prioridade era o desenvolvimento de uma educação para a cidadania, para a organização da cultura, para a participação política de enormes contingentes populacionais.

É com esse espírito, pois, que a prefeitura do Recife, na época de Miguel Arraes, implementou o Movimento de Cultura Popular (MCP); em Natal, o prefeito Djalma Maranhão criou a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”; em João Pessoa, surgiu a Campanha de Educação Popular (Ceplar), e a CNBB instituiu o Movimento de Educação Popular (MEB). Em síntese, nesse período surgiram dezenas e de-

zenas de iniciativas no campo educacional em que a politização constituía um item importante.

Convém ainda frisar que, não obstante quase todos esses movimentos terem feito uso de metodologias próprias, eles se deixaram inequivocamente influenciar pelo trabalho de Paulo Freire. Tanto é assim que em princípios de 1964, pouco antes do golpe, ao ser instituído o Plano Nacional de Alfabetização, o método de Freire foi oficializado pelo governo brasileiro, experimentando, assim, um notório processo de fortalecimento e de reconhecimento público.

A reação das classes dominantes e dos seus aliados norte-americanos, de amplos setores das classes médias e das Forças Armadas redundou na deposição de Jango e na implantação de um regime político de cunho ditatorial cuja principal preocupação era estancar, conter, as mobilizações sociais. É claro que a repressão atingiu duramente o campo educacional, a educação popular. Entre os atingidos encontrava-se, evidentemente, Paulo Freire: preso, processado, exilado, considerado subversivo.

Começa aí o périplo de Freire pelo mundo, tendo percorrido mais de 50 países, lecionado nos mais importantes centros universitários internacionais, como a Universidade de Harvard, e aplicado o seu método de alfabetização em nações da Ásia, da África e da América Latina. A sua obra acabou, portanto, por assumir dimensões universais. Assim, por exemplo, *Pedagogia do oprimido* foi traduzido para 17 línguas, tendo vendido cerca de meio milhão de exemplares. Ao lado disso, tornou-se doutor *honoris causa* por 28 universidades, e 26 centros de pesquisas em educação recebem o seu nome em países como Brasil, Itália, Chile, Bélgica e Estados Unidos. As repercussões do pensamento do educador pernambucano podem ser avaliadas na obra organizada por Moacir Gadotti, intitulada *Paulo Freire: Uma bibliografia*,¹ na qual cerca de 150 autores de todas as partes do mundo comentam a sua obra.

Na verdade, as idéias e a prática de Paulo Freire têm sido objeto de intensa polêmica dentro e fora do espaço universitário. Muitas teses, muitos livros e muitos artigos têm se debruçado sobre o legado do referido autor. As conclusões são controversas: para uns, sua pedagogia libertadora coloca-o entre as grandes expressões do pensamento educacional do século XX. Para outros, Freire seria fruto do populismo e do nacional-desenvolvimentismo que pontificaram na sociedade brasileira nos anos 50 e 60. Seria um utópico, um humanista cristão, um iluminista etc.

Ora, se a obra de Paulo Freire tem sido tão estudada e debatida, qual a contribuição específica do livro de Carlos Lyra *As quarenta horas de Angicos*? O que ele acrescenta ao que é conhecido acerca da aludida experiência de educação? São perguntas que se colocam.

Nessa perspectiva, a importância do trabalho de Lyra não diz respeito às análises que desenvolve, mas aos fatos que ele apresenta. Trata-se de um texto escrito em março de 1963 em que o autor, na condição de coordenador da experiência de Angicos, faz um relato, escreve uma espécie de diário do que ocorreu no cotidiano dos Círculos de Cultura. Nunca foi publicado antes, embora tenha sido exposto pelas forças golpistas de 1964 como “material subversivo”, ao lado de *O capital*, de Karl Marx, e *Recordação da casa dos mortos*, de Dostoiévsky.

Como relato e exposição factual, o livro constitui uma preciosa fonte de pesquisa do que aconteceu no dia-a-dia de Angicos. O trabalho de preparação, o universo vocabular, as palavras geradoras, o desenrolar das “aulas”, os impasses vividos pelo grupo de estudantes, a alfabetização, a politização. Nesse particular, merece atenção o fato de existirem testes, não somente de alfabetização, mas também de politização, cujas médias obtidas pelos “alunos”, nestes últimos, alcançaram índices mais elevados do que as referentes à alfabetização. O aludido livro reproduz, outrossim, modelos dos testes utilizados no transcorrer da experiência, ao mesmo tempo em que identifica os sujeitos que participaram dos Círculos de Cultura e quais os motivos que os levavam a querer aprender a ler e a escrever.

Lá estavam presentes os subalternos — domésticas, operários, trabalhadores rurais, pedreiros, serventes, artesãos, lavadeiras, motoristas, carpinteiros etc. —, que responderam majoritariamente que desejavam aprender a ler e a escrever “para melhorar de vida”. Enfim, o livro apresenta “os fatos”; a “análise e as conclusões” são “tema da próxima publicação”, escreve Carlos Lyra.

Nesse sentido, o material induz a muitas interrogações (O que seria um indivíduo politizado, por exemplo, para os coordenadores dos Círculos de Cultura?) e permite, igualmente, fazer algumas inferências, quais sejam: 1) O predomínio de uma concepção de democracia e de participação política bastante restrita, reduzida praticamente ao ato de votar; 2) Os textos utilizados e as discussões travadas no interior dos Círculos de Cultura não propunham o conflito mas o entendimento, inclusive entre patrões e empregados. O conflito só surgiria caso falhasse o en-

tendimento; 3) A consciência política seria legada ao povo, a “uma população acomodada, conformada, indiferente, fatalista”, por uma elite esclarecida.

Pela sua dimensão documental, portanto, o livro de Carlos Lyra constitui uma contribuição extremamente significativa ao conhecimento dos acontecimentos de Angicos e do lançamento de uma das pedras fundamentais da obra do mestre recentemente desaparecido.

Nota

1. São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire, 1996.